



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004639-85.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal**
Requerente: **PAULO HERIQUE DA SILVA**
Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que é titular de linha telefônica junto à ré mediante plano que especificou e que em 07/05/2018 tencionava viajar para o Estado de Goiás.

Alegou ainda que foi surpreendido com o não funcionamento da linha (não fazia ou recebia chamadas) e com a notícia de que a suspensão dos serviços derivara de sua inadimplência, sem que isso fosse verdade, de sorte que não efetuou a mencionada viagem.

Almeja ao restabelecimento dos serviços suspensos e ao ressarcimento dos danos morais que suportou.

Já a ré em contestação salientou a exigibilidade dos débitos questionados pelo autor, além de assinalar que ele não produziu provas consistentes de que os tivesse quitado.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A primeira conclusão a que se chega pelo exame dos autos reside no reconhecimento, por parte da ré, de que as faturas especificadas a fl. 01 (vencidas respectivamente em 15/03, 15/04 e 10/05 de 2018) não teriam sido efetivamente pagas pelo autor, porquanto a impugnação aos elementos que atestariam o cumprimento dessa obrigação significa que tal não sucedeu.

A análise dessa matéria é relevante na medida em que permitirá concluir se a ré tinha ou não lastro para suspender os serviços contratados pelo autor, o que, diga-se de passagem, ela não negou em momento algum.

Assentadas essas premissas, reputo que os documentos de fls. 02/11 estabelecem a convicção de que o pagamento das aludidas faturas aconteceu, conquanto com atraso.

As vencidas em 10/05 e 15/04 (fls. 08 e 05) o foram na esteira dos comprovantes de fls. 11 e 07 sem que nenhum dado concreto suscite dúvida quanto à correspondência entre esses documentos.

O adimplemento da vencida em 15/03 (fl. 02) está consubstanciado a fl. 04, não assumindo maior relevância a possível divergência entre os códigos de barras neles inseridos.

Isso porque acabou positivado que como o pagamento teve vez em casa lotérica a eventual falha na inserção do código de barras não pode ser imputada ao autor.

Por outras palavras, se a ré no mínimo anui à forma de quitação utilizada pelo autor tal circunstância não a isenta de eventuais problemas detectados na esfera de sua implementação.

O raciocínio é o mesmo daquelas situações em que tudo transcorre naturalmente e sem intercorrências, o que por óbvio gera benefícios à ré, de sorte que em assim não sendo ela fica solidariamente responsável por seus reflexos.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já se pronunciou nesse sentido em v. acórdão do qual se extrai:

“Incontroverso nos autos que o apelado efetuou o pagamento das mensalidades relativas ao curso para o qual se matriculou, de modo que a inscrição de seu nome nos cadastros de inadimplentes foi indevida. Contudo, a apelante não se exime de sua responsabilidade por eventuais danos morais causados ao consumidor, sob o argumento de ocorrência de culpa exclusiva de terceiro, caracterizada por falha no sistema bancário, o qual não lhe teria repassado o valor pago pelo consumidor (tal como asseverou em contestação), ou então, que o valor foi repassado para sua conta corrente da apelante com o código incorreto (tal como argumenta nas razões recursais), remanescendo informação de que o aluno estava inadimplente. O que se


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

*impõe, no caso, é o reconhecimento de que a instituição de ensino, ao permitir que as mensalidades escolares sejam pagas por meio de boleto bancário, integra a cadeia de fornecimento de produtos e serviços, de modo que é solidariamente responsável por eventuais danos causados ao consumidor, nos termos do artigo 7º, parágrafo único, e artigo 25, § 1º, ambos do Código de Defesa do Consumidor. Se a instituição de ensino apelante permite que as mensalidades escolares sejam pagas por meio do sistema bancário, evidente que eventual falha na organização desse serviço lhe é imputável, sobretudo no caso em exame, no qual houve cobrança e negativação indevidas, exatamente por falha de comunicação entre as fornecedoras. Quem escolheu o meio de pagamento e a instituição financeira foi a ré, que, portanto, não pode se furtar a óbvia responsabilidade que tem. Ressalte-se que a jurisprudência pátria sedimentou entendimento no sentido de que a inscrição indevida em cadastro de inadimplentes gera dano moral 'in re ipsa', como exemplificam os seguintes precedentes: (a) STJ 4ª Turma Agravo Regimental no Agravo n. 1.379.761/SP Relator Ministro Luís Felipe Salomão Acórdão de 26 de abril de 2011, publicado no DJE de 2 de maio de 2011; (b) STJ 3ª Turma Recurso Especial n. 1.059.663/MS Relatora Ministra Nancy Andriighi Acórdão de 2 de dezembro de 2008, publicado no DJE de 17 de dezembro de 2008; (c) TJSP 10ª Câmara de Direito Privado Apelação n. 0000338-05.2009.8.26.0407 Relator João Batista Vilhena Acórdão de 30 de abril de 2013, publicado no DJE de 10 de maio de 2013; e (d) TJSP 15ª Câmara de Direito Privado Apelação n. 0004116-70.2010.8.26.0011 Relator Mônica Serrano Acórdão de 18 de março de 2014, publicado no DJE de 31 de março de 2014. Logo, agiu certo o Juízo a quo ao condenar a instituição de ensino apelante ao ressarcimento dos danos morais, pois restou incontroversa a indevida inclusão de seu nome do autor, ora apelado, em banco de dados de órgão de proteção ao crédito. Evidente que o entendimento aqui exarado não impede a instituição de ensino apelante de, querendo, voltar-se, em regresso e por ação autônoma, contra aquele que considera o efetivo causador do prejuízo” (Apelação nº 0001055-89.2013.8.26.0564, 27ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **MOURÃO NETO**, j. 15/09/2015 - grifei).*

Essa orientação *mutatis mutandis* aplica-se com justeza à hipótese vertente, inclusive quanto à possibilidade da ré buscar regressivamente o ressarcimento dos prejuízos que aqui suportar contra quem reputar de direito sem que possa eximir-se de sua responsabilidade.

Ademais, é despiciendo perquirir sobre quais serviços abarcariam as faturas porque o aspecto importante reside no valor das mesmas, ficando patenteado que o autor cumpriu as obrigações que lhe tocavam sem que a ré amealhasse elementos consistentes que suscitasse dúvidas razoáveis a propósito.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Já no que atina à suspensão dos serviços, deve ser admitida no contexto da peça de resistência apresentada pela ré.

Vale registrar que a decisão de fls. 12/13 determinou em seu item 1 que a ré restabelecesse os serviços em cinco dias, operando-se a sua intimação a tanto em 15 de maio (fl. 15).

Bem por isso, a ligação noticiada a fl. 31 justifica-se porque levada a cabo no dia 28 do mesmo mês, isto é, quando já decorreria tempo suficiente para a ré atender à determinação que lhe foi feita.

Essa ligação, assim, não milita em prol da ré e muito menos estabelece dúvida sobre a dinâmica fática descrita a fl. 01.

A conjugação desses elementos impõe a convicção de que a ré suspendeu os serviços ajustados pelo autor sem que tivesse respaldo para tanto, descaracterizada a inadimplência que deu margem a isso.

O acolhimento da pretensão deduzida para que os serviços sejam restabelecidos é em consequência medida que se impõe, inclusive a partir do teor da certidão de fl. 61, não impugnada pela ré.

Outrossim, os danos morais sofridos pelo autor estão configurados.

Ao ficar sem os serviços em apreço, isso prejudicou a viagem que o autor faria (a justificativa para não viajar é razoável, especialmente se tomado em conta o destino que buscava), não se podendo olvidar que a sua atividade profissional tornava indispensável o acesso a esses serviços.

Como se não bastasse, e verificando a certidão de fl. 61, fica patente que a ré ao menos no caso dos autos não dispensou ao autor o tratamento que seria exigível, não tendo até o presente momento restabelecido plenamente os serviços que lhe incumbiam.

Todos esses fatores permitem entrever que o autor foi exposto a desgaste de vulto por situação a que não deu causa, a exemplo do que se daria com qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar.

É o que basta para ao reconhecimento dos danos morais passíveis de reparação.

O valor da indenização está em consonância com os critérios que disciplinam o seu dimensionamento (observa a condição econômica das partes e o grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado), merecendo assim vingar.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para (1) condenar a ré a no prazo máximo de cinco dias restabelecer todos os serviços atinentes à linha telefônica indicada a fl. 01, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de R\$ 5.000,00, bem como para (2) condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação imposta no item 1 supra, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pelo autor, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento da obrigação imposta no item 1 supra (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Torno definitiva a decisão de fls. 12/13.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 28 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**